

*Carce*  
*P.2*

**Sysclever**

Rua António Quadros, 9G – Escr. 4  
1600-875 Lisboa

**Município de Vila de Rei**

Lisboa, 25 de Junho de 2015

**ASSUNTO:** N/ proposta refª 15.022 – Ajuste Directo

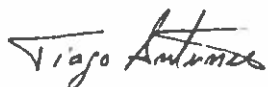
Exmos. Senhores,

Em resposta ao V/ pedido de proposta, vimos por este meio submeter à V/ apreciação a nossa proposta com a refª 15.022 dando resposta ao procedimento de **Ajuste Direto - Fornecimento de Hardware e Software no âmbito do Projeto Médio Tejo Online, bem como os respetivos serviços de Instalação e configuração.**

Agradecemos o V/ interesse e a confiança demonstrada e estamos ao dispor para qualquer esclarecimento que seja necessário.

Esperando que a nossa proposta mereça a preferência de V/ Exas subscrevemo-nos apresentando

Os nossos melhores cumprimentos,







Para obter mais detalhes relativamente a esta proposta por favor contacte:





Tiago Antunes [tiago.antunes@sysclever.pt](mailto:tiago.antunes@sysclever.pt)

Carlos Pires [carlos.pires@sysclever.pt](mailto:carlos.pires@sysclever.pt)

- Proposta Financeira -

	ARTIGO	QTD.	P. UNIT.	P. TOTAL
	<b>Servidor com as seguintes características ou superiores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>2 processadores 2.20 GHz;</li> <li>4 cores;</li> <li>64 GB DDR3-1333MHz RDIMM/PC3-10600/dual rank/Low-Dual Volt, expansível a 384GB;</li> <li>2 fontes de alimentação de 460W, hot-swappable;</li> <li>4 slots PCIe;</li> <li>4 placas Ethernet 1 Gb/s;</li> <li>4 discos 300GB SAS 6Gbps 2.5-in, 10K RPM;</li> <li>Drive ótica DVD;</li> <li>Controladora RAID com 512 MB de cache;</li> <li>Em rack, no máximo de 2U;</li> <li>Garantia mínimo de 3 anos On-site no dia útil seguinte (NBD - Next Business Day).</li> </ul>	1	10 978,72 €	10 978,72 €
	<b>Storage de Rede com as seguintes características ou superiores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Processador Quad-Core 3.2GHz;</li> <li>32GB de memória DDR3 RAM;</li> <li>8 baias 2.5"/3.5" SATA;</li> <li>16 discos de 3TB 3.5" SAS 6GB/s 15K (8 discos em cada storage);</li> <li>4 portas Ethernet 1GB/s;</li> <li>Em rack, no máximo de 2U.</li> </ul>	2	5 054,32 €	10.108,63 €
	<b>Autoloader de tapes com as características mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade para 8 tapes;</li> <li>Gravação: LTO-4 Ultrium;</li> <li>Capacidade 12.8 TB compressed;</li> <li>Controladora PCI a instalar num dos servidores existentes no parque informático para interligar este à unidade de tapes;</li> <li>10 tapes LTO-4 Ultrium.</li> </ul>	1	6 063,49 €	6 063,49 €
	<b>Computadores Desktop com as seguintes características mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Processador Quad-Core;</li> <li>Memória 8GB;</li> <li>1 porta Ethernet 1GB/s;</li> <li>Drive ótica DVD-R.</li> </ul>	17	712,04 €	12 104,68 €

*Handwritten signature and initials*

	ARTIGO	QTD.	P. UNIT.	P. TOTAL
	<b>Licença de software de backup com as seguintes características:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Cópia de ficheiros, pastas, imagens de servidores físicos e virtuais em hardware diferente</li> <li>– Agendamento de backups</li> <li>– Restauro de servidores físicos e virtuais</li> <li>– Recuperação de arquivos;</li> <li>– Agentes para backups para 6 sistemas de Windows</li> </ul>	1	3 838,24 €	3 838,24 €
	<b>Licença para plataforma de virtualização de servidores para 6 processadores</b>	4	882,44 €	3 529,76 €
	<b>Discos SAS 2.5" 15k 6GB/s a isntalar num servidor existente do parque informático</b>	4	556,54 €	2 226,16 €
	<b>Instalação e configuração:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Instalação física do hardware;</li> <li>– Criação e parametrização de 6 máquinas virtuais no servidor a adquirir: os requisitos específicos de configuração de cada máquina virtual serão definidos em sede de projeto;</li> <li>– Instalação, parametrização e testes da Plataforma de backups em servidores.</li> </ul>	1	2 650,00 €	2 650,00 €
<b>TOTAL (s/ IVA):</b>				<b>51 499,68 €</b>

## **- Condições Gerais de Venda -**

### **ACEITAÇÃO DE ENCOMENDAS**

As encomendas deverão ser formalizadas por escrito (via e-mail ou correio) descriminando os bens adjudicados e identificando explicitamente a proposta que lhe deu origem.

### **PREÇOS**

Aos preços apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Até 60 dias.

### **PRAZO DE ENTREGA**

30 dias a contar da data da recepção da requisição externa de despesa, salvo rotura de stock nos fabricantes.

### **VALIDADE DA PROPOSTA**

15 dias, após este prazo fica sujeito a confirmação por escrito.

### **ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

Nas Vossas instalações.

### **DEVOLUÇÕES**

Para devolver o equipamento é imprescindível que entre em contacto com a Sysclever, explicitando motivo da devolução. Salvo erro dos nossos serviços, todas as devoluções ou trocas são sujeitas ao valor de transporte. No caso de aceitação de devolução esta só será efectivada, caso a mercadoria se encontre nas mesmas condições de entrega: caixas originais, etiquetagem não danificada, invólucros invioláveis, etc.

### **GARANTIAS**

Os equipamentos propostos encontram-se cobertos pela garantia dada pelo fabricante pelo periodo e nas condições dadas pelo mesmo e serão expressas neste orçamento.

Não estão cobertos quaisquer danos causados por utilização incorrecta do mesmo.

A Sysclever não se responsabiliza por atrasos ou demoras nas reparações ou substituições de equipamentos cobertos pela Garantia, os quais são da responsabilidade exclusiva do respectivo fabricante, excepto se estes estiverem cobertos por um contrato de assistência técnica directa com a Sysclever.

### **INSTALAÇÃO**

Excepto se explicitamente indicado, os preços apresentados para os produtos não incluem qualquer acção de configuração/implementação.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## DECLARAÇÃO

1 - Tiago André Pires Antunes, Cartão de Cidadão n.º 12322013, residente na Rua Antero de Quental n.º 48, 7.º C 2675-690 Odivelas, na qualidade de representante legal da firma Sysclever, Unipessoal, Lda., NIPC 513 090 355 e sede na Rua António Quadros n.º 9G, Escritório 4, 1600-875 Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Ajuste Direto - Fornecimento de Hardware e Software no âmbito do Projeto Médio Tejo Online, bem como os respetivos serviços de Instalação e configuração**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo I constante do Anexo I do convite (presente documento);

b) Documento onde constam os atributos da proposta, incluindo preços unitários e totais

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 23 de Junho de 2015

